

EDITAL DE INSCRIÇÃO (RESUMO EXPANDIDO) - COMUNICAÇÃO

**MATERNIDADE MIGRANTE: QUANDO A MÃE É AGENTE DE
COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL NUMA REALIDADE DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Adriana Cristina Alves Do Amaral (adrianacristinaalvesdoamaral@gmail.com)

migrante é tornar-se catalisador desta transformação social (Elhajji, 2003). Protagonista num processo que afeta tanto àquele que emigra de seu país de origem como à sociedade que o recebe; às vezes de forma decente, com acolhimento e oportunidades, de outras precárias, numa relação de exploração e exclusão social. Nessa realidade, acreditamos que as mulheres migrantes têm um papel essencial como comunicadora intercultural e até mesmo transformador, como intelectuais orgânicas (Gramsci, 1982). Refletindo particularmente sobre a participação feminina na construção de comunidades de transição, com este estudo propomo-nos a discutir a maternidade, seja das migrantes que se tornam mães no país de destino ou mesmo emigraram com filhos pequenos. Embora no passado elas se mudassem acompanhadas de parentes homens, cada vez mais viajam sozinhas ou como responsáveis por suas famílias, numa consequência das alterações reentes nos processos migratórios, que tem intensificado a feminização da migração Sul-Sul. Esta análise é um recorte da tese de doutoramento, um estudo que pesquisou o universo vivido por trabalhadoras bolivianas radicadas na cidade de São Paulo. Além da revisão teórica, alicerçada nos estudos interculturais, de comunicação intercultural, identitários, comunicacionais, interseccionais entre outros, propomos um exercício de reflexão, a partir de entrevistas norteadas pelo

método da história oral, sobre as mães migrantes como agentes de decolonização e transformação social. Entendemos que criar ou gestar um filho numa sociedade distinta da original, onde nasceram, cresceram e desenvolveram o repertório cultural, amplia os desafios da maternidade. Os limites relacionados ao domínio do idioma, situação econômico-social no momento da emigração, as obrigações com os familiares no Brasil e na Bolívia, Principalmente os reflexos da sociedade machista, paternalista, colonialista e capitalista e a expansão destes limites a partir da troca intercultural. No nosso recorte, ouvimos profissionais de áreas distintas, entre elas seis mulheres que vivenciam a maternidade, uma mulher adulta sem filhos e três que nos remeteram ao universo infantil, como migrantes crianças. Através da escuta atenta, baseado nas diretrizes de Freitas (2006), identificamos a diversidade no perfil e os impactos da migração na construção identitária das dez mulheres que vivenciaram na Bolívia e vivem, no Brasil, realidades sócio-econômicas culturais bem diferentes. Ao longo desse processo de adaptação à nova realidade, que identificamos empiricamente leva em média cinco anos para ser gestado, um dos principais desafios, inclusive para subsistência, está relacionado ao trabalho exercido pelas mulheres. Lembramos que uma migrante, sobretudo uma de origem indígena, de pele mais escura, muito jovem ou mais idosa, como é o perfil de parte das bolivianas migrantes e das profissionais ouvidas (sobretudo as que emigram do altiplano boliviano) enfrentam obstáculos peculiares que não comprometem em igual medida a jornada de bolivianas de pele mais clara, com formação universitária em idade laboral. No entanto, as dez mulheres vivenciaram e vivenciam as demais camadas de valores que tornam a concorrência no universo laboral com o sexo masculino e das trabalhadoras brasileiras muito longe do ideal de equidade. Às condições profissionais formais e/ou informais soma-se o trabalho do cuidado doméstico, que ainda é uma arma poderosa de exclusão social nas sociedades patriarcais, de acordo com Federici (2021). De uma maneira geral, a relação gênero e trabalho afeta mais as mulheres, sendo que a cultura boliviana tende a favorecer ainda mais os trabalhadores homens. Curiosamente, romper com esta balança de valores desiguais tem sido uma conquista entre as profissionais migrantes bolivianas pesquisadas, o que reverbera em mudanças de atitudes e valores entre outras mulheres que vivem aqui e lá. Ou seja, como indaga a autora, a mulher trabalhadora, seja no lar, em família ou como mão de obra remunerada, contribui para mudanças sociais ao se posicionarem. "... como mulheres não temos de nos juntar aos homens nas fábricas para sermos parte da classe trabalhadora... Nossa luta teria de ser travada primeiro contra

os homens de nossa própria família...”. (Federici, 2021, p.82). O universo feminino é interseccional, sobretudo para a migrante que agrega ao gênero novas camadas de valores sociais que tendem a ser estereotipados, como etnia, cor da sua pele, origem cultural, condição social e cultural, se é trabalhadora independente ou dependente de relações diversas, seu grau de instrução, idioma de origem e fluência, condição civil, se é mãe, mãe solo ou não tem filhos entre outros fatores limitantes e/ou emancipatórios. Constatamos, a partir da nossa escuta dialógica, que o preconceito e a discriminação acontecem inclusive dentro da comunidade migrante. Kilomba (2019), por exemplo, enfrentou o racismo dentro da academia, enquanto pesquisadora migrante e mulher de pele negra. Fazemos um paralelo ao que algumas das nossas entrevistadas sentiram, a partir do testemunho da autora: “Não posso ignorar quão difícil é para nossos corpos escaparem às construções racistas sobre eles...” (Kilomba, 2019, p. 64). Por outro lado, as vivências, sejam anteriores ou posteriores à vivência migratória permitem a troca intercultural tanto internamente, nas suas famílias, como na comunidade onde estão inseridas, no trabalho e até mesmo externamente. Um processo que, como vimos na nossa pesquisa, implica na valorização da educação formal, que é estimulada de pais para filhos e vice-versa. As dez mulheres testemunharam a importância do investimento na educação, por parte dos pais e, adultas estimulam que as mães voltem a estudar. As mães, no entanto, nem sempre puderam proteger os filhos de experiências dolorosas advindas da condição de migrantes, enquanto as mais novas, com a experiência da maternidade ao mesmo tempo vivenciam angústias ao perceber falas e atitudes discriminatórias e educam para a emancipação. De uma maneira geral, mulheres que transpõem limites culturais e sociais, exercem o aumento da autoestima, buscam a independência sem perder os vínculos, ressignificando tradições a partir das novas vivências e trocas culturais. Interações que, de acordo com Escudero (2022), “constitui-se lócus para as mediações socioculturais ao possibilitar trocas de ordem simbólica, subjetiva e interacional.”. (Escudero, 2022, p. 195). Como parte dos achados científicos dessa análise resumida, ponderamos que a vivência migratória, da luta pela sobrevivência à busca da emancipação, é experiência transformadora para as mulheres, sobretudo as trabalhadoras que vivenciam no universo laboral a resolução de conflitos gerados por relações algumas vezes deturpadas e estereotipadas uma oportunidade na manutenção de suas famílias, criação de seus filhos e principalmente autonomia e aumento da autoestima. Experiência que transforma migrantes e não migrantes. Assim, entendemos que as mães

são agentes de Comunicação Intercultural ao desvelarem as diferenças identitárias (Hall, 2006), ao atuarem na vivência e prática diária, a partir da sua atividade laboral e relacionamento interpessoal, inclusive na criação dos seus filhos brasileiros ou migrantes.

Palavras-chave: comunicação; migrações; interculturalidade; interseccionalidade; mulher boliviana.